

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Setor quer incluir energia solar em leilão para 2025	2
Título: Vencedores do leilão compensarão Petrobras por investimento prévio	3
Título: Deputados do RS facilitam privatização no Estado.....	4
Título: Comercializadora Linkx entra com pedido de recuperação judicial	6
Título: Projeto da Solatio em PE deverá ter financiamento de grupos espanhóis	7
Título: Retomada gradual da economia ajuda resultado da WEG	8
Título: Occidental faz oferta de US\$ 55 bi pela Anadarko	9
Título: Curtas	11
Título: Vale cobra US\$ 1,25 bilhão da BSGR na Justiça dos EUA.....	11
Título: Gerdau pede licença ambiental para nova mina de ferro em Minas Gerais	13
Título: Usinas recorrem mais à emissão de CRA	14
Título: Destaques	16
Título: TCU põe na mira estatal que recebeu aporte do Tesouro.....	17
Título: Occidental faz oferta de US\$ 55 bi pela Anadarko	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: TCU cobra lista de salários em estatais acima de R\$ 39,3 mil	19
Título: Sem concurso, governo remaneja servidores.....	20
Título: Petrobrás anuncia PDV e espera 4,3 mil adesões.....	23
Título: Acordo racha força-tarefa que investiga Brumadinho	23
Título: Barrada ação por homicídio em Mariana	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Reajuste do diesel leva ANTT a aplicar aumento na tabela do frete	26
VEÍCULO: O Globo	26
Título: Petrobras quer construir termelétrica no Comperj	26

Título: Sob pressão de caminhoneiros, ANTT reajusta tabela do frete em 4,13%	28
Título: Sob a lama, a lembrança viva de 37 desaparecidos	29
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	30
Título: Apagão atinge cidades do DF	30
Título: Montadoras aceleram produção de carros elétricos.....	31

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Setor quer incluir energia solar em leilão para 2025

Às vésperas da publicação pelo Ministério de Minas e Energia da portaria com a sistemática para o leilão A-6, investidores do setor de energia solar reuniram-se nesta semana com o **ministro Bento Albuquerque** para discutir a inclusão da fonte no certame, que negociará contratos de novos empreendimentos com início de fornecimento em seis anos (2025). O argumento dos investidores é que a inclusão da fonte solar pode baratear o custo da energia no momento em que o governo discute formas de reduzir as tarifas do país.

"O objetivo era debater a participação da fonte solar no leilão A-6, o leilão de energia elétrica mais importante deste ano. E aproveitamos essa conversa com o ministro para explicar porque na nossa visão a fonte solar fotovoltaica precisa fazer parte do leilão A-6 em benefício do consumidor" disse o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia, que esteve com o Albuquerque e os secretários Reive Barros (Planejamento e Desenvolvimento) e Ricardo Cyrino (Energia Elétrica).

O executivo explicou que o preço médio dos projetos de fonte solar negociados no leilão A-4 de 2018 (que negociou contratos para início de fornecimento em 2022), de R\$ 118 por megawatt-hora (MWh), foi inferior ao preço médio de R\$ 140,87/MWh negociado no leilão A-6 daquele ano, do qual empreendimentos de fonte solar não puderam participar. "O brasileiro pagou mais do que poderia

ter pago se tivesse energia solar fotovoltaica disponível no leilão A-6 de 2018 compondo o mix de opções para abastecer a sociedade", afirmou.

Segundo ele, para o leilão A-4 deste ano, previsto para 28 de junho e do qual a fonte solar já tem participação garantida, estão cadastrados na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) 26 gigawatts (GW) em projetos, "o que representa mais de R\$ 100 bilhões em interesse do setor privado em investir no Brasil".

De acordo com Sauerbrey, o ministro e os secretários disseram que, no mérito da questão, estavam de acordo com as justificativas da Absolar. Eles, no entanto, demonstraram preocupação com relação ao prazo para a implementação de possíveis mudanças já para o leilão A-6 deste ano, previsto para 26 de setembro.

A expectativa no setor é que o ministério publique em breve a portaria com a sistemática do leilão, determinando as fontes de energia. "Estamos bastante esperançosos de que o Ministério de Minas e Energia, ao publicar a sua portaria sobre as fontes que participarão do leilão A-6, faça a devida inclusão da fonte solar fotovoltaica", disse. "A quem beneficiaria a fonte solar ser excluída? Com certeza não é o consumidor."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/04/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Vencedores do leilão compensarão Petrobras por investimento prévio

O governo deu mais um passo nos preparativos para o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa e definiu as premissas que serão utilizadas para cálculo da compensação financeira devida à Petrobras pelos investimentos feitos pela estatal nas áreas que serão ofertadas na licitação, prevista para 28 de outubro. Os valores serão pagos pelas empresas que vencerem a rodada e assinarem acordo de coparticipação com a petroleira brasileira nos campos de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos.

Os excedentes são os volumes descobertos de petróleo que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito a produzir no pré-sal, como parte da cessão onerosa - contrato assinado em 2010, dentro da operação que culminou no aumento da fatia da União no capital da estatal.

Ao **Ministério de Minas e Energia** coube definir as diretrizes para o cálculo da compensação. O real valor a ser pago à Petrobras e a data para o pagamento seguem em aberto, já que o valor final será negociado diretamente entre a estatal e suas futuras parceiras.

A consultoria internacional Wood Mackenzie estima que esse valor pode chegar a US\$ 20 bilhões. Além da compensação financeira, ainda a ser calculada, a petroleira brasileira receberá outros US\$ 9 bilhões da União, pela revisão do contrato da cessão onerosa.

Segundo as regras do leilão, as empresas que comprarem os volumes excedentes entrarão como sócias da Petrobras nos campos, num contrato de coparticipação, e compensarão a estatal pelos bilhões de dólares investidos no desenvolvimento das áreas leiloadas.

O pagamento também visa a compensar uma provável queda da geração de caixa da companhia. Isso porque, com a entrada dos novos sócios nos campos licitados, haverá uma revisão da curva de produção da Petrobras nos campos da cessão onerosa - o volume produzido pelas plataformas dessas áreas, hoje destinado 100% para a estatal, passará a ser dividido com os futuros sócios que assinarem o contrato da coparticipação.

A portaria publicada ontem pelo MME definiu que a compensação à Petrobras será calculada "de forma a maximizar o Valor Presente Líquido da União e manter o VPL da Petrobras". Ficou definido também que eventuais tributos sobre o recebimento da compensação serão arcados pelas parcerias da Petrobras nos contratos de coparticipação. O cálculo deverá considerar, ainda, preços do petróleo de US\$ 72 por barril para valoração do fluxo de caixa dos campos.

Além da compensação à Petrobras, as petroleiras interessadas em participar do leilão terão que pagar um bônus de assinatura à União para aquisição dos excedentes. Na semana passada, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fixou em R\$ 106,5 bilhões os bônus da licitação de outubro.

A maior área a ser ofertada é a de Búzios, com bônus de R\$ 68,194 bilhões e percentual mínimo de 23,25% para o chamado óleo-lucro (percentual de petróleo a ser entregue à União no contrato de partilha, como critério para a melhor oferta do leilão). Para Sépia, o bônus é de R\$ 22,859 bilhões e o percentual é de 27,65%. Atapu, por sua vez, terá bônus de R\$ 13,742 bilhões e percentual de 25,11%. A menor área é a de Itapu, que será licitada com bônus de R\$ 1,766 bilhão e óleo-lucro de 19,82%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Deputados do RS facilitam privatização no Estado

O legislativo gaúcho deu esta semana passo importante para a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) ao aprovar, em primeiro turno, proposta de emenda à constituição (PEC) estadual que elimina a obrigatoriedade de plebiscito para a privatização da companhia. Ainda é preciso uma votação em segundo turno, prevista para ocorrer em 7 de maio.

Além da CEEE, a decisão dos deputados gaúchos alcança a mineradora Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a distribuidora de gás natural Sulgás.

A aprovação da PEC, na visão do governador Eduardo Leite (PSDB), é fundamental para a adesão do Estado ao regime de recuperação fiscal da União e garantir a suspensão do pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com o governo federal.

Caso o governo estadual, autor da PEC, obtenha vitória no segundo turno, a ideia é encaminhar ainda em maio ao legislativo gaúcho os projetos de privatização da CEEE, Sulgás e CRM. A expectativa é privatizar as três companhias no primeiro semestre do próximo ano.

No fim de fevereiro, o governador Eduardo Leite disse que o governo gaúcho pode levantar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões com a venda das três estatais.

Na companhia elétrica, o trabalho de privatização deverá ser conduzido por Marco Soligo. Ex- diretor da CPFL e da RGE, o economista foi indicado pelo governador para presidir a CEEE. Ele, porém, ainda não tomou posse no cargo.

Em nota publicada o início do mês pela agência de notícias do governo do Rio Grande do Sul, Soligo disse que o principal desafio de sua gestão será aprimorar os processo financeiros e operacionais da empresa.

Em 2018, a CEEE teve o quarto maior prejuízo entre as empresas de capital aberto do país. A elétrica fechou o ano passado com um resultado negativo de R\$ 989,3 milhões na última linha do balanço, ficando atrás apenas de BRF (R\$ 4,466 bilhões), Santo Antônio Energia (R\$ 1,684 bilhões) e Minerva (R\$ 1,265 bilhão).

Na área de geração, a CEEE possui um parque com potência instalada de 909,9 megawatts (MW), o equivalente a 18,1% da capacidade de geração do Estado. Em transmissão, a empresa possui 66 subestações e pouco mais de 6 mil km de

linhas. No segmento de distribuição, a companhia possui 1,7 milhão de consumidores, com um mercado anual da ordem de 5,7 mil gigawatts-hora (GWh).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Comercializadora Linkx entra com pedido de recuperação judicial

A comercializadora de energia Linkx entrou com um pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo e pediu prazo de 15 dias para apresentar a lista de credores e o valor das dívidas. Segundo o documento, a crise enfrentada no mercado livre desde o início do ano, quando os preços de energia tiveram uma alta inesperada por conta da falta de chuvas, fez com que o primeiro trimestre de 2019 resultasse em prejuízo acumulado de R\$ 52 milhões. Como os preços voltaram a recuar na segunda semana de fevereiro, a Linkx conseguiu reduzir o prejuízo acumulado para R\$ 26 milhões.

A petição narra que, em outubro do ano passado, início do período chuvoso do ano, a Linkx tinha contratos de longo prazo a preços mais altos, na aposta que os preços continuariam elevados. Quando os preços caíram, a comercializadora teve perdas e reverteu o resultado positivo acumulado entre janeiro e setembro do ano passado, de lucro de R\$ 6 milhões, para prejuízo de R\$ 4,2 milhões em 2018.

Em dezembro, a própria Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) projetava que o preço de energia no mercado à vista seria próximo de R\$ 100/MWh ao longo do ano, e a Linkx negociou vários contratos a preço médio de R\$ 180/MWh para recompor seu caixa. As chuvas projetadas não se concretizaram e os preços de energia voltaram a subir para uma faixa acima de R\$ 500/MWh.

De acordo com a petição, a Linkx ainda tinha contratos comprados de energia entre março e dezembro deste ano e contava em reverter as perdas. Outras comercializadoras, contudo, enfrentaram cenário semelhante, o que desencadeou um efeito cascata. A Vega Energy foi a primeira a informar que não honraria os compromissos, em fevereiro, e deu um calote de cerca de R\$ 200 milhões em vários clientes. A Linkx foi uma das afetadas pela inadimplência, de contratos de cerca de R\$ 13 milhões, o que comprometeu "severamente" seu caixa e o lastro para novas operações.

O pedido de recuperação solicitou que a Justiça conceda uma liminar garantindo que a Linkx não seja desligada da CCEE, uma vez que para participar da comercialização e tentar se recuperar financeiramente é fundamental permanecer como agente da câmara.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão | Do Recife

Título: Projeto da Solatio em PE deverá ter financiamento de grupos espanhóis

Dois grupo espanhóis devem ser os investidores do maior complexo de energia fotovoltaica do país, projetado pela Solatio. O empreendimento, em São José do Belmonte (PE), demandará investimento de R\$ 3,5 bilhões. Segundo o presidente da Solatio, Pedro Vaquer, 65% do valor deve ser financiado por bancos públicos do Brasil e o restante será aporte de capital. "Está quase tudo fechado com os investidores", disse Vaquer.

No Recife para encontro de apresentação do projeto ao governador Paulo Câmara (PSB), ele afirmou que ainda não pode revelar os grupos espanhóis porque eles têm ações listadas em bolsa. Vaquer disse que a disposição deles por negócios de energia Brasil é grande. "Não estou aqui para avaliar o governo brasileiro. Mas o fato é que a mudança de governo está trazendo mais confiança para os investidores", afirmou.

O complexo de sete usinas em São José do Belmonte, que tem 33 mil habitantes no sertão do estado, terá potência de 1.100 Megawatts. A maior usina solar em atividade no Brasil hoje, em Pirapora (MG), tem um terço desse tamanho. Também projetada pela Solatio, a usina mineira é 50% pertencente da EDF e 50% Omega.

Como acionista, a Solatio tem participação em duas usinas menores, também em Minas, com capacidade total de 20 MW. Com 20 anos de atuação em energia Solar, a empresa está no Brasil desde 2008., seis anos antes do primeiro leilão de energia ocorrer. "Passamos esse período com operação deficitária. Construir usina é fácil, o problema é a burocracia", diz o executivo.

O complexo de São José do Belmonte será a estreia da empresa em empreendimentos com foco no mercado livre. Até agora, as usinas que projetou no país, que somam 1 GW, foram todas com foco no mercado regulado. "O futuro está no mercado livre. Apostamos nisso, pois não depende da vontade do governo", afirmou Vaquer.

Fora esse empreendimento, a empresa tem ainda 12 projetos no Brasil, em vários estados. O maior deles, em Janaúba (MG), terá porte semelhante ao de São José do Belmonte e já conta com contratos com Cemig e Tradener.

Ao **Valor**, o secretário de desenvolvimento econômico de Pernambuco, Bruno Schwambach, informou que as obras do projeto deveriam começar em julho. Vaquer, porém, afirmou que ainda está pendente o parecer de acesso da Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Por causa disso, a obra deverá iniciar em janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rita Azevedo | De São Paulo

Título: Retomada gradual da economia ajuda resultado da WEG

A retomada gradual da economia brasileira e o câmbio ajudaram o resultado da fabricante de máquinas e equipamentos WEG nos primeiros três meses do ano, cenário que deve se manter ao longo de 2019, com contínuo crescimento, segundo André Luís Rodrigues, diretor superintendente administrativo financeiro da companhia.

"Tivemos mais um trimestre de recuperação da economia local, ainda mais forte nos investimentos de ciclo curto", disse Rodrigues. Outro destaque positivo, segundo ele, foi o setor de equipamentos para geração, transmissão e distribuição (GTD), que teve bom desempenho na fonte solar e também em transformadores e subestações, reflexo dos contratos fechados com vencedores dos leilões de transmissão dos últimos anos.

A companhia obteve lucro de R\$ 306,8 milhões no trimestre, alta de 7,7% na comparação anual. Esse é o maior resultado para o período desde 2011, início da série histórica do **Valor Data**. A receita avançou R\$ 2,93 bilhões, alta de 14,9%, também a maior em oito anos.

O faturamento, mais uma vez, foi puxado pelas operações no exterior, onde houve crescimento de 18,1%, para R\$ 1,68 bilhão. O câmbio foi o principal responsável por isso. Em dólares, a receita subiu 1,6%. O mercado interno, por sua vez, teve alta expressiva de 11% na receita, para R\$ 1,25 bilhão, mostrando a recuperação da economia brasileira.

"As expectativas são positivas, mas ainda vemos a retomada da economia acontecendo de forma gradual, dependendo da confirmação do cenário econômico e do aumento da confiança."

O cenário econômico tem impacto direto em equipamentos de ciclo longo, na qual a WEG teve bons resultados na área de automação. "Ainda faltam investimentos em projetos 'greenfield', mas uma boa notícia é que temos recebido muitos pedidos de cotação de equipamentos, o que já é um sinal de recuperação", disse.

Os equipamentos para energia, tem colaborado com os resultados recentes da companhia, mas a escassez de novos projetos em energia eólica vai reduzir o ritmo de crescimento da receita neste ano. "A WEG vai crescer em 2019, mas a taxa será menor que a do ano passado, porque a eólica representava uma carteira importante e desapareceu", afirmou. O lucro da companhia cresceu 12% ano passado, para R\$ 335,3 milhões. Enquanto a companhia espera a retomada do setor eólico, está investindo no desenvolvimento de um equipamento maior, com mais potência instalada e eficiência, que deve ficar pronto até o fim deste ano, gerando negócios a partir de 2020.

No mercado externo, o grande centro das operações da WEG ainda é a América do Norte, mas a companhia está apostando cada vez mais na sua presença na Ásia. Atualmente, está expandindo a capacidade de uma de suas fábricas na China, e também avalia aumentar as atividades na Índia, com foco no negócio de aerogeradores.

"O mercado externo continuará predominando no nosso faturamento, hoje é de cerca de 57%. Estamos cada vez mais aumentando o que é produzido e comercializado lá fora", disse. Além dos investimentos na expansão na Ásia, a WEG não descarta aquisições, tanto no Brasil quanto no exterior. "Olhamos oportunidades no mundo todo, inclusive no Brasil."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ed Crooks | Financial Times, de Nova York

Título: Occidental faz oferta de US\$ 55 bi pela Anadarko

A Occidental Petroleum apresentou oferta não solicitada de US\$ 55 bilhões pela Anadarko Petroleum para tentar impedir a compra da petrolífera rival pela

Chevron, dando início a uma batalha pela aquisição de cobiçados ativos de petróleo de xisto nos Estados Unidos.

Na manhã de ontem, a Occidental, uma das cinco maiores empresas de produção de petróleo e gás dos EUA, anunciou oferta de US\$ 76 por ação da Anadarko, 22% a mais do que o valor oferecido pela Chevron no início do mês.

Em carta para o conselho de administração da Anadarko, a Occidental comunica que havia ficado "surpresa e decepcionada" com a rejeição pelos diretores de sua proposta, em dinheiro e ações, antes de aceitarem a oferta da Chevron de valor inferior.

A proposta da Chevron, também em ações e dinheiro, equivale a cerca de US\$ 63,50 por ação da Anadarko, pelos preços de mercado de terça-feira.

O conselho de administração da Anadarko havia rejeitado a oferta da Occidental argumentando que havia risco demasiado grande de que não conseguissem concretizar o negócio, segundo fontes.

Da mesma forma que a Chevron, a Occidental tem interesse nos ativos da Anadarko na Bacia Permiana do Texas e Novo México, o coração da onda de petróleo de xisto americano.

"A Occidental é líder no uso de inovações tecnológicas para criar valor e vamos nos valer de nossa experiência para aprimorar o desempenho e a produtividade dos ativos da Anadarko, não apenas na Permiana, mas mundialmente. A Occidental e a Anadarko têm um portfólio de ativos altamente complementares, o que nos proporciona uma oportunidade única para materializar sinergias operacionais, de custo e de alocação de capital significativos e para obter um aumento no fluxo de caixa no curto prazo", disse a executiva-chefe da Occidental, Vicki Hollub, em comunicado.

"Estamos atentos à Anadarko há muitos anos, porque há muito acreditamos que estamos posicionados de forma ideal para gerar um valor atrativo por meio da combinação com eles. Estamos ansiosos em engajar-nos imediatamente com o conselho de administração e acionistas da Anadarko para realizar esta transação superior", informou.

A notícia da oferta derrubou as ações da Occidental nos negócios antes do horário regular, com queda em torno a 7%, para US\$ 57,98.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/04/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Petrobras muda diretoria

O conselho de administração da Petrobras elegeu Andrea Marques de Almeida para o cargo de diretora executiva de Finanças e Relações com Investidores (RI). A posse da nova diretora está agendada para o dia 2 de maio. Segundo o fato relevante divulgado pela petroleira na noite de ontem, Andrea é engenheira de produção, com Master of Business Administration (MBA) em Finanças pelo IBMEC-RJ e MBA em gestão pela USP, além de cursos de gestão na Wharton School of Finance e na Sloan School of Management - MIT.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Rafael Rosas e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo****Título: Vale cobra US\$ 1,25 bilhão da BSGR na Justiça dos EUA**

Terminou em litígio judicial a disputa da Vale com a BSG Resources Limited (BSGR) por um pagamento de US\$ 1,25 bilhão à companhia brasileira determinado por um tribunal arbitral londrino. A BSGR não realizou o pagamento, decidido pelo tribunal em 4 de abril, o que levou a Vale a entrar, na terça-feira, com um processo judicial na corte distrital do Southern District em Nova York pedindo que o pagamento seja feito.

A briga entre as duas empresas é antiga e remonta à parceria para a exploração das regiões de Simandou e Zogota, na Guiné, ricas em minério de ferro. A Vale pagou, em 2010, US\$ 2,5 bilhões para a BSGR, que detinha os direitos minerários locais. Foi criada então a joint venture VBG, com 51% de participação da brasileira e 49% da BSGR, pertencente ao empresário Benny Steinmetz. A mineradora também pagou US\$ 500 milhões iniciais e depois investiu mais US\$ 700 milhões, principalmente em Zogota. O projeto original considerava, inclusive, uma saída logística pela Libéria, via ferrovia e porto.

Os problemas começaram em 2013, quando uma investigação do FBI apontou que a BSGR teria pago propina entre 2008 e 2009 para integrantes do governo

da Guiné para adquirir as licenças minerárias no país. Assim que surgiram as denúncias de pagamento de propina para compra das licenças, a Vale pôs o desenvolvimento de Simandou e Zogota em espera.

Em 2014, o governo da Guiné decidiu revogar os direitos minerários da VBG, embora não proibisse a Vale de participar de uma concorrência para aquisição dos direitos. A empresa, no entanto, num movimento de redução de endividamento e foco no projeto de minério S11D, no Pará, não retomou o interesse em operar no país africano.

No mesmo ano de 2014, a Vale entrou com processo de arbitragem na Corte de Arbitragem Internacional de Londres (LCIA, na sigla em inglês). Depois de cinco anos, a corte decidiu que a Vale teria direito a uma indenização de US\$ 1,25 bilhão, uma vez que o pagamento de propina foi feito antes dela entrar no negócio e a empresa brasileira nunca foi informada pelo sócio sobre os atos de corrupção para aquisição dos direitos de exploração de minério de ferro na Guiné.

A decisão arbitral considerou uma investigação do Departamento de Justiça dos EUA, na qual um dos associados de Steinmetz, Frederic Cilins, foi gravado tentando obter e destruir, sob as ordens de Steinmetz, documentos que o incriminavam por conter evidências da corrupção, o que motivou a prisão de Cilins nos Estados Unidos.

No comunicado divulgado ontem ao mercado, a Vale afirmou que "o governo da Guiné concluiu de forma explícita que a Vale não participou de forma alguma nesses atos de corrupção da BSGR".

A batalha judicial deverá se alongar e não ficar restrita apenas à corte dos Estados Unidos. No mesmo comunicado de ontem, a mineradora brasileira frisou que pretende entrar com outros processos judiciais em outros países para fazer cumprir a decisão arbitral contra a BSGR e outras pessoas envolvidas no caso e que investiga relatos recentes relacionados ao episódio. O processo aberto nesta semana pode ir além, inclusive, dos US\$ 1,25 bilhão, pois a decisão arbitral aponta que o valor pode superar os US\$ 2 bilhões, se considerados os juros e despesas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Por Ana Paula Machado | De São Paulo****Título: Gerdau pede licença ambiental para nova mina de ferro em Minas Gerais**

A siderúrgica Gerdau entrou com pedido de licença ambiental no governo de Minas Gerais para a operação de uma nova lavra de minério de ferro para atender sua usina de aço em Ouro Branco. Segundo a companhia, o licenciamento foi pedido para a ampliação da sua operação em Várzea do Lopes, em áreas de sua propriedade. Este projeto está localizado na Serra das Serrinhas, em Itabirito (MG), distante cerca de 50 quilômetros da usina de Ouro Branco.

"O objetivo é atender à demanda futura de minério de ferro da usina de Ouro Branco. Esta ampliação contará com processamento a seco, sem uso de barragens. A empresa aguarda a aprovação do projeto para anunciar o valor do investimento e o início das operações", informou ao **Valor** a Gerdau.

Por ano, a siderúrgica já produz 7 milhões de toneladas de minério de ferro, e segundo fontes com conhecimento do assunto, a nova lavra terá capacidade de produção de 30 milhões de toneladas durante 21 anos.

O analista de minério de ferro da Mirae Assest, Pedro Galdi, disse que, com a nova mina, a Gerdau conseguirá garantir o abastecimento da usina de Ouro Branco. "A companhia estuda a ampliação da atividade mineradora, não para vender a terceiros. O que se fala é que o complexo em Minas Gerais já necessita de ampliação da extração para atender a demanda da Gerdau Açominas [que opera essa usina]", afirmou.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Semad), o projeto para ampliação do complexo Várzea do Lopes foi protocolado no órgão e levou a classificação classe 3 e até o momento "nenhuma autorização foi emitida para intervenção na área."

"Conforme projeto, o tratamento do minério será a seco, portanto sem utilização de barragens de rejeitos. O processo de licenciamento ambiental está em análise na Superintendência de Processos Prioritários (Suppri), da Semad. A Suppri guarda a anuência do Ibama para a supressão da Mata Atlântica para dar continuidade na análise. O empreendimento está localizado na Serra das Serrinhas, fora da área protegida da Serra da Moeda. Está marcada uma

audiência pública para escutar as demandas da população e esclarecer os pontos de dúvida do projeto", informou a Semad.

O secretário de Meio Ambiente de Itabirito, Antonio Generoso, disse que a Gerdau já havia protocolado pedido para início dos estudos de viabilidade para três projetos de exploração de minério de ferro no órgão. O primeiro foi a renovação da licença ambiental para a mina já existente, que está em avaliação.

"O segundo procedimento foi para declaração de conformidade para o projeto de uma nova lavra de minério em Várzea do Lopes do lado leste, este está mais adiantado e tem Eia-Rima concedido. A prefeitura já avaliou que o local é passível de mineração."

De acordo com o secretário, o terceiro projeto que a Gerdau protocolou pedido de autorização para estudo é o de uma terceira área de exploração no lado Sul do complexo Várzea do Lopes, este próximo a Serra da Moeda, local de preservação ambiental no Estado de Minas Gerais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/04/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Usinas recorrem mais à emissão de CRA

As usinas em melhor situação financeira do segmento sucroalcooleiro, um dos ramos do agronegócio mais intensivos em capital, continuam a diversificar suas fontes de crédito. E um dos instrumentos que vêm ganhando espaço na carteira dessas companhias são os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), que deverão bater o recorde de emissões este ano após um refluxo em 2018, segundo analistas.

Nestes primeiros quatro meses de 2019, as usinas já apresentaram ao mercado emissões de R\$ 1,9 bilhão em CRAs, conforme estimativa do Rabobank. De acordo com o banco holandês, no setor de agronegócios como um todo as emissões chegaram a R\$ 2,5 bilhões. Em todo o ano passado, o segmento sucroalcooleiro fez emissões públicas de R\$ 1,7 bilhão dos recebíveis, de um total de R\$ 5,8 bilhões, segundo o Rabobank. Dados compilados pela consultoria Uqbar mostram que, somando as colocações privadas, usinas de açúcar e etanol emitiram R\$ 3,8 bilhões em 2018, 56% de um total de R\$ 6,7 bilhões em CRAs emitidos.

Para 2019, a Vert Securitizadora estima que, apenas em emissões públicas, o segmento emitirá R\$ 2,1 bilhões em recebíveis, dentro de uma expectativa de R\$ 8 bilhões a serem emitidos publicamente por empresas ligadas ao campo. A

consultoria FG/A, que tem atuado com estruturação de CRAs, prevê que as emissões totais neste ano, incluindo colocações privadas, podem chegar a R\$ 15 bilhões, com o segmento sucroalcooleiro mantendo a lideranças das operações.

Victoria de Sá, sócia da Vert, acredita que os recebíveis ganharão espaço conforme diminuir a participação não só do BNDES no financiamento ao setor - que já despencou de 2015 para cá - mas do crédito rural subsidiado como um todo.

"A partir da 'PEC do Teto' se vê uma restrição destes recursos. Isso aconteceu em um momento de crescimento do agronegócio, em que a cana tem que competir com outras culturas, como soja ou algodão. E, agora, tem a visão do novo governo de desencorajar o financiamento público ao campo", diz.

Os recebíveis também têm conquistado espaço ante as debêntures, tanto por não pagarem imposto de renda como por atraírem mais investidores pessoa física, segundo Moacir Teixeira, sócio da securitizadora EcoAgro. Para ele, o crescimento das emissões deve acontecer principalmente na esteira da menor fatia de crédito rural subsidiado que se desenha para o próximo Plano Safra (2019/20).

Em geral, as emissões de recebíveis pelas usinas têm sido uma forma de substituição de instrumentos de dívida, afirma Pedro Fernandes, diretor de agronegócios do Itaú BBA. "O mercado de renda fixa tende a ser mais barato que o bancário de dívida, então as empresas com bom rating buscam esse mercado", afirma.

Emissões realizadas por usinas com melhores ratings têm garantido taxas abaixo do CDI, enquanto os empréstimos bancários no Brasil dificilmente conseguem competir nessas taxas. Juliano Merlotto, da consultoria FG/A, avalia que, diante da concentração bancária no Brasil, também há um limite de quantidade de crédito disponível a usinas que têm capacidade de captação com baixo custo, o que as empurra para fontes alternativas.

Já Manoel Queiroz, gerente de relacionamento do Rabobank, afirma que o aumento do interesse de usinas pelos CRAs tem gerado uma concorrência com o crédito dos bancos e que, por isso, já há uma redução do custo de dívida bancária para empresas com melhores ratings. "E, mesmo para os bancos, o CRA é uma oportunidade, porque também temos interesse em coordenar as emissões", ressalta.

Além de estarem ganhando espaço no mercado doméstico, os CRAs também têm se tornado uma alternativa ante financiamentos estrangeiros, aos quais as

usinas recorriam com frequência até alguns anos atrás. "Após a crise de 2015, houve uma saída de muitos bancos estrangeiros do Brasil", lembra Queiroz.

Nesse mercado, os bonds também perderam o brilho, tanto em decorrência da perda de grau de investimento do Brasil quanto pelo fato de que muitas usinas passaram a não cumprir com pagamentos de títulos com a crise que se abateu sobre boa parte do segmento nos últimos anos. "O bond ficou mais caro que a emissão no mercado local, cresceu o risco cambial e a diferença de juros entre o mercado nacional e externo também não está favorável", diz Juliano Merlotto, da consultoria FG/A.

Apesar das vantagens, a participação dos CRAs no montante da dívida do segmento é limitada. Nas estimativas do ItaúBBA, os recebíveis de usinas atualmente no mercado representam 7% da dívida total das usinas do Centro-Sul, que o banco calcula que tenha ficado ao redor de R\$ 92 bilhões na safra 2018/19.

Um fator limitante ao crescimento dessas emissões, avalia Queiroz, do Rabobank, é o nível de interesse de investidores. "As empresas precisam evoluir em governança para se habilitar e, paralelamente, o mercado de investidores tem que crescer".

Victória de Sá, da Vert, acredita que as emissões por parte de usinas cresceriam mais se o Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentasse as operações de recebíveis em dólar, travadas desde 2016. "Como é um setor que exporta muito, ter só dívida em reais e receita em dólar também é um desafio hoje", diz.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	25/04/2019
Seção:	Finanças
Autor:	
Título:	Destaques

Follow-on da CPFL

A CPFL Energia entrou com pedido na Securities Exchange Commission (SEC) para ter permissão de realizar uma oferta subsequente de ações no mercado americano. A efetiva realização da oferta, no entanto, ainda está sob análise da companhia. **(Raquel Brandão)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/04/2019****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: TCU põe na mira estatal que recebeu aporte do Tesouro**

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem que governo reveja o enquadramento de estatais não dependentes de recurso do Tesouro Nacional, mas que, na prática, têm contado com aportes recorrentes do Orçamento federal.

A decisão do tribunal foi tomada em processo que verifica a conformidade dos pagamentos de participação nos lucros ou resultados (PLR) e salários acima do teto constitucional aos dirigentes e aos quadros funcionais de empresas públicas que receberam dinheiro da União entre 2013 e 2017.

A análise feita pelo tribunal abrange 15 estatais que no período de cinco anos contaram com R\$ 18,4 bilhões do Orçamento da União. Os casos de destaque são da Infraero (R\$ 11,2 bilhões) e da Eletrobras (R\$ 2,9 bilhões).

A discrepância percebida nas duas companhias levou a corte de contas, duas semanas atrás, a expedir medidas cautelares para impedir o pagamento de PLR e salário acima do teto constitucional na Infraero e suspender a aprovação de aumento nos rendimentos de diretores da Eletrobras.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estatal dependente é a empresa pública, controlada pela União, que recebe recursos financeiros do governo para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.

Pela decisão do TCU, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, terá de identificar em 60 dias as empresas estatais consideradas não dependentes que receberam aportes de capital da União. A Sest terá de apontar a relação de todos os empregados e dirigentes que receberam acima do teto constitucional ou PLR e desenvolver ferramenta que verifique de forma automática se ocorreu a condição de dependência no fechamento de cada exercício.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Por Ed Crooks | Financial Times, de Nova York****Título: Occidental faz oferta de US\$ 55 bi pela Anadarko**

A Occidental Petroleum apresentou oferta não solicitada de US\$ 55 bilhões pela Anadarko Petroleum para tentar impedir a compra da petrolífera rival pela Chevron, dando início a uma batalha pela aquisição de cobijados ativos de petróleo de xisto nos Estados Unidos.

Na manhã de ontem, a Occidental, uma das cinco maiores empresas de produção de petróleo e gás dos EUA, anunciou oferta de US\$ 76 por ação da Anadarko, 22% a mais do que o valor oferecido pela Chevron no início do mês.

Em carta para o conselho de administração da Anadarko, a Occidental comunica que havia ficado "surpresa e decepcionada" com a rejeição pelos diretores de sua proposta, em dinheiro e ações, antes de aceitarem a oferta da Chevron de valor inferior.

A proposta da Chevron, também em ações e dinheiro, equivale a cerca de US\$ 63,50 por ação da Anadarko, pelos preços de mercado de terça-feira.

O conselho de administração da Anadarko havia rejeitado a oferta da Occidental argumentando que havia risco demasiado grande de que não conseguissem concretizar o negócio, segundo fontes.

Da mesma forma que a Chevron, a Occidental tem interesse nos ativos da Anadarko na Bacia Permiana do Texas e Novo México, o coração da onda de petróleo de xisto americano.

"A Occidental é líder no uso de inovações tecnológicas para criar valor e vamos nos valer de nossa experiência para aprimorar o desempenho e a produtividade dos ativos da Anadarko, não apenas na Permiana, mas mundialmente. A Occidental e a Anadarko têm um portfólio de ativos altamente complementares, o que nos proporciona uma oportunidade única para materializar sinergias operacionais, de custo e de alocação de capital significativos e para obter um aumento no fluxo de caixa no curto prazo", disse a executiva-chefe da Occidental, Vicki Hollub, em comunicado.

"Estamos atentos à Anadarko há muitos anos, porque há muito acreditamos que estamos posicionados de forma ideal para gerar um valor atrativo por meio da combinação com eles. Estamos ansiosos em engajar-nos imediatamente com o conselho de administração e acionistas da Anadarko para realizar esta transação superior", informou.

A notícia da oferta derrubou as ações da Occidental nos negócios antes do horário regular, com queda em torno a 7%, para US\$ 57,98.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/04/2019****Seção: Economia****Autor: Breno Pires****Título: TCU cobra lista de salários em estatais acima de R\$ 39,3 mil**

Processo apura possíveis ilegalidades no pagamento a empregados de empresas dependentes do Tesouro Nacional

Após proibir pagamentos acima do teto constitucional na Infraero, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem cobrar informações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, para avaliar se a medida deve ser tomada em relação a outras estatais também. O processo apura possíveis ilegalidades no pagamento a empregados e dirigentes de estatais que não são dependentes do Tesouro Nacional, mas, entre os anos de 2013 e 2017, receberam aportes de capital da União, o que poderia caracterizar dependência do governo.

No caso da Infraero, o tribunal entendeu que havia dependência e, por isso, decidiu suspender pagamentos acima dos R\$ 39,3 mil, que hoje é o teto do funcionalismo público. A Sest deverá informar ao TCU em 60 dias uma relação completa de empresas que, embora sejam consideradas não dependentes, receberam nos últimos cinco anos aportes de capital da União e que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deveriam ser classificadas como dependentes. Pela decisão, a Sest deverá também apresentar ao TCU a lista de todos os empregados e dirigentes, com os valores mensais das respectivas remunerações que receberam, nos últimos cinco anos, acima do teto constitucional então vigente.

Além disso, o tribunal quer a relação de todos os empregados e dirigentes que receberam Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) ou Remuneração Variável Anual (RVA), e respectivos valores recebidos, alegando que isso seria proibido. O TCU também determinou que a Sest alerte as empresas estatais no sentido de que a concessão de aumento salarial acima do teto constitucional pode vir a acarretar responsabilização dos dirigentes. Liminar. Há duas semanas, o TCU decidiu que os pagamentos acima de R\$ 39,3 mil a funcionários da Infraero devem ser suspensos. Além disso, o tribunal também determinou que a Eletrobrás não promova o aumento de salários até que o TCU se manifeste definitivamente sobre o processo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/04/2019****Seção: Economia****Autor: Idiana Tomazelli****Título: Sem concurso, governo remaneja servidores**

Funcionários de outras áreas foram remanejados, por exemplo, para a Agência Nacional de mineração após o desastre em Brumadinho

Com uma restrição fiscal cada vez maior para fazer novos concursos, o governo pretende intensificar o uso da ferramenta de movimentação de pessoal para atender às deficiências dos órgãos. Em um dos casos mais recentes, 30 servidores foram remanejados de outras áreas para reforçar os quadros da Agência Nacional de mineração (ANM) – 18 deles passaram a atuar diretamente na fiscalização de barragens, numa força-tarefa após o desastre em Brumadinho. Uma portaria editada no ano passado permite que o governo faça as movimentações sem amarras e com menores riscos jurídicos para a administração pública.

Por enquanto, os pedidos dos órgãos são avaliados caso a caso, mas a equipe econômica trabalha em parceria com a Universidade de Brasília numa ferramenta que vai medir a necessidade de força de trabalho e, consequentemente, onde há falta de pessoal e onde há excesso - o que deve dar maior escala às movimentações. A União tem 630 mil servidores ativos, e a avaliação do governo é de que é possível fazer um uso mais eficiente da equipe. O secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Wagner Lenhart, garante, porém, que há o cuidado de manter o servidor em sua área de atuação, sem desvio de função. Após dois grandes desastres provocados por rompimento de barragens num intervalo menor que três anos, a ANM vinha solicitando reforços para conseguir melhorar a fiscalização dessas estruturas.

Um processo seletivo foi aberto para que servidores da União se candidatassem às vagas. Para a atividade de fiscalização, o governo encontrou 18 profissionais das áreas de engenharia e geologia interessados. Eles trabalhavam antes em universidades, na Agência Nacional de Petróleo (ANP) e em outros órgãos.

“Em menos de dois meses (a partir de Brumadinho) identificamos e movimentamos esses servidores, elevando de 12 para 30 o número de pessoas fiscalizando barragens, um aumento de 150%. Sem a portaria que permite a movimentação de pessoal, seria bem mais difícil ou impossível suprir essas deficiências. E um concurso demoraria muito para dar uma resposta, repor esse quadro”, diz Lenhart. Desde a edição da portaria, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) inaugurou o instr

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/04/2019****Seção: Política****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Ministérios apoiam projeto que limita licença ambiental**

Legislativo. Elaborado pela Frente Parlamentar Agropecuária, texto em discussão na Câmara prevê fim de autorização para produtores rurais e em obras de infraestrutura

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental que será discutida pelo Congresso altera profundamente o processo de emissão dessas autorizações no País, extinguindo a necessidade de licenças para boa parte das atividades agropecuárias e empreendimentos de infraestrutura. Apoiado pelos ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Infraestrutura, o projeto foi elaborado pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e setores da indústria.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, entregou a relatoria nas mãos do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), com a missão de que ele submeta para votação em regime de urgência na Casa, o que significa ir direto para o plenário da Câmara, sem passar por discussões em duas comissões. O Estado teve acesso ao texto que o deputado irá apresentar para discussão.

A votação direta do PL do Licenciamento pelo plenário passou a ser possível porque o texto foi anexado ao projeto de lei da mineração, que tramita na Câmara em regime de urgência. O texto, que ainda pode sofrer alterações, isenta os produtores rurais da necessidade de pedir licenciamento ambiental – seja este emitido por órgão federal, estadual ou municipal – para o cultivo agrícola ou criação de gado em suas propriedades. A silvicultura, plantações de florestas de eucalipto, por exemplo, também fica liberada dessas autorizações.

Na infraestrutura, fica extinta a necessidade de licenciar obras como a dragagem (retirada de sedimentos) em portos de mares e rios, além de ampliação ou reparos de estruturas existentes, como rodovias e ferrovias. Nesses empreendimentos, fica dispensado, inclusive, o pedido de autorização para desmatamento de vegetação nativa, o que colide com a legislação florestal.

O projeto estabelece ainda a possibilidade de reduzir a uma única etapa as três fases do licenciamento realizadas hoje. Elas passariam a ser substituídas pela Licença Ambiental Única. Em paralelo, Estados e municípios também poderiam estabelecer regras locais para decidir quando, caso a caso, essa aglutinação

seria feita. O texto não define que tipo de estudo ambiental o empreendedor é obrigado a fazer, o que pode gerar regras distintas em cada Estado, conforme o interesse de cada um.

"Estamos à disposição do Congresso para contribuir com o projeto", disse ao Estado o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acrescentando que o objetivo da proposta é "aprimorar o licenciamento ambiental, dando agilidade e mais qualidade ao processo". No fim do ano passado, já anunciada ministra da Agricultura, Tereza Cristina também defendeu as mudanças hoje contidas no texto.

Celeridade. As novas regras previstas no substitutivo de Kataguiri estão alinhadas ao discurso do presidente Jair Bolsonaro. Em dezembro, após a eleição, Bolsonaro disse que "a licença ambiental atrapalha quando um prefeito, governador, presidente, quer fazer uma obra de infraestrutura, uma estrada, por exemplo, quer rasgar uma estrada, quer duplicar. São problemas infundáveis".

Kataguiri, que passou a integrar a Frente Parlamentar Agropecuária, diz que seu objetivo é "conciliar celeridade com fiscalização e controle", para que o processo seja mais rápido. "A ideia é que a gente alcance um equilíbrio entre o setor produtivo e os ambientalistas, para que o licenciamento ambiental deixe de ser uma mera burocracia, um fator que atrapalha, para ser parte do planejamento estratégico do empreendimento e auxilie no desenvolvimento", disse.

O deputado disse que tem conversado com líderes partidários para atingir um consenso o mais rápido possível. "Estou trabalhando para que seja pautado em, no máximo, duas semanas", afirmou. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a data da votação não está definida.

Sobre a ausência de licenciamento para atividades do agronegócio, o deputado disse que "esse é um ponto que o próprio agronegócio topa negociar uma licença simplificada, um processo bastante célere". Segundo ele, seu texto já busca extinguir o licenciamento apenas em áreas já produtivas.

Para o consultor jurídico do Instituto Socioambiental, Maurício Guetta, o projeto "é uma colcha de retalhos voltada a isentar atividades impactantes de licenciamento e reduzir a segurança ambiental de obras". "Se aprovado, significará a possibilidade de novos desastres e danos socioambientais", disse. Os ministérios da Agricultura e da Infraestrutura não se manifestaram até a conclusão da edição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/04/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Petrobrás anuncia PDV e espera 4,3 mil adesões**

Programa aprovado pelo conselho dará prioridade a funcionários que estão perto de se aposentar; custo estimado é de R\$ 1,1 bi

A Petrobrás vai priorizar os funcionários que estão próximos da aposentadoria em seu programa de demissão voluntária (PDV), aprovado pelo conselho de administração em reunião realizada ontem. Como antecipado pelo Estadão/Broadcast no início do mês, o programa já tinha sido aprovado pela diretoria e aguardava apenas o aval do colegiado. Ainda em fevereiro, em reunião com funcionários em São Paulo, o gerente executivo de Recursos Humanos da empresa, Claudio Costa, falou sobre o programa e causou polêmica ao anunciar as transformações internas em curso, como a entrega de alguns prédios, entre eles, o de São Paulo. A expectativa com o PDV é de retorno de R\$ 4,1 bilhões até 2023, com a adesão de 4,3 mil empregados. O custo estimado é de R\$ 1,1 bilhão. “O programa tem por objetivo promover a renovação nos quadros da companhia quando for identificada essa necessidade.

Seu regimento prevê também ações para retenção em processos-chave, de modo a garantir a continuidade das operações e a máxima segurança na execução das atividades da companhia”, informou a empresa em comunicado ao mercado. A economia que a empresa vai alcançar com o programa dependerá do nível de adesão dos funcionários. Por enquanto, não foram informadas as condições e possíveis vantagens que serão oferecidas aos empregados. O PDV faz parte do programa de redução de custos da Petrobrás, batizado de plano de resiliência, anunciado pela petroleira em março. “O efeito nas demonstrações financeiras ocorrerá à medida que as adesões se efetivarem”, acrescentou a empresa. A Petrobrás possui 62,7 mil funcionários próprios, um número reduzido frente aos 78,5 mil de 2015, após sucessivos programas de demissão voluntária.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/04/2019****Seção: Metrópole****Autor: Leonardo Augusto - ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE****Título: Acordo racha força-tarefa que investiga Brumadinho**

Um acordo fechado entre a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas para vítimas da barragem da mineradora em Brumadinho rachou a força-tarefa que investiga a tragédia. A tratativa é avaliada pela promotoria e pela Defensoria Pública da União como prejudicial aos atingidos, enquanto a Defensoria Pública do Estado afirma que "não existe" uma força-tarefa atuando em relação ao rompimento da barragem.

O acordo, segundo o Ministério Público, foi assinado à revelia de outros integrantes da força-tarefa que atuam nas negociações para pagamento de indenização e ressarcimento por danos provocados pelo rompimento da barragem; o caso completa três meses hoje. "Temos todo respeito ao Ministério Público, mas não temos de ter sua autorização para trabalhar", rebateu o defensor público estadual Felipe Soledade. "Nosso compromisso é com os atingidos", disse.

O termo, segundo o promotor André Sperling, foi estabelecido com critérios da própria Vale, que já haviam sido recusados nas negociações com toda a força-tarefa. A prova disso, ainda segundo o promotor, é que valores previstos no acordo fechado entre a mineradora e a Defensoria Pública do Estado já haviam sido apresentados, e recusados, na mesa de negociação envolvendo todo o grupo investigador.

Havia, por exemplo, proposta para pagamento de R\$ 500 mil em caso de filho morto no rompimento da barragem e de R\$ 150 mil por irmão morto na tragédia. "O que a Vale fez no acordo foi construir uma tabela, uma matriz de danos, para encaixar cada vítima. E fez tudo isso sem ouvir os atingidos. É uma tabela construída pelo próprio causador do dano", explicou o promotor. A Vale confirmou o acordo celebrado com a Defensoria.

"A Vale ressalta que, embora tenha criado esta via direta de negociação consensual, caberá ao atingido optar qual é o meio mais adequado para buscar seus direitos. O Termo de Compromisso é um documento sigiloso por conter valores sobre danos morais."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/04/2019

Seção: Metrópole

Autor: Luiz Vassallo Fausto Macedo

Título: Barragem por homicídio em Mariana

Justiça federal decidiu que 21 executivos de Vale, Samarco e BHP não responderão a essa acusação por queda de barragem em 2015

Por unanimidade, os desembargadores da 4.^a Turma do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região trancaram a ação penal para o crime de homicídio aberta em 2016 contra executivos de Vale, Samarco e BHP Billiton em razão da tragédia de Mariana, que deixou 19 mortos. Na prática, os acusados não vão mais a júri popular, que julga crimes contra a vida, e fica mantido o processo somente para os crimes ambientais e de inundação, que é previsto no Código Penal. A ação foi trancada também para o crime de lesão corporal.

No julgamento de anteontem, o desembargador julgou os habeas de Sérgio Consoli e Guilherme Ferreira, ambos da BHP. Em seu voto, o relator, Olindo Menezes, afirmou que o Ministério Público Federal narrou um crime de inundação, mas não apontou elementos para configurar homicídio, pelo qual os executivos são acusados. Ele ressaltou que os outros réus estão na mesma situação e que o processo deve ser trancado para todos somente em relação ao crime de homicídio. O voto foi acompanhado pelos desembargadores Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho e Néviton Guedes.

A tragédia de Mariana aconteceu em 5 de novembro de 2015. No dia 20 de outubro de 2016, 21 pessoas ligadas às três mineradoras foram acusadas pela Procuradoria da República de Minas pelo crime de homicídio qualificado. A eles também foram imputados crimes ambientais, inundação, desabamento e lesões corporais leves. As pessoas jurídicas Samarco, Vale e BHP Billiton, responsáveis pela barragem de Fundão, respondem por 12 delitos ambientais.

Segundo o acórdão, o Ministério Público Federal não apontou "em que ponto residiria a intenção do paciente ou de outro denunciado em matar ou provocar lesão corporal".

"As mortes e as lesões corporais são descritas na denúncia como resultado do crime de inundação, crime de perigo comum, ao reconhecer a peça que o fato (ou a conduta) teve caráter indeterminado e sem destinatário específico, o que desautoriza (tecnicamente) a imputação autônoma de homicídio, que impescindiria da demonstração de que o (suposto) crime de inundar teve por objetivo final a morte de determinado indivíduo", anotam os desembargadores.

Crítica. A decisão foi criticada pela Comissão dos Atingidos pela Tragédia de Mariana. Um dos integrantes da comissão, Mauro Marcos da Silva, de 50 anos, protestou. "Vejo essa decisão como uma bofetada na cara de quem ainda tinha alguma esperança de se fizesse justiça".

A Procuradoria não se manifestou, assim como a Samarco. A BHP disse lamentar profundamente todas as perdas e "está totalmente comprometida com as ações de compensação". "A BHP defende-se nos autos do processo e apoia integralmente a defesa de cada uma das pessoas a ela vinculadas também

denunciadas. A BHP tem convicção de que comprovará a sua inocência, bem como das pessoas a ela vinculadas em relação ao rompimento da barragem."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Reajuste do diesel leva ANTT a aplicar aumento na tabela do frete

A Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) atualizou nesta quarta-feira (24) a tabela com os pisos mínimos de frete para transporte rodoviário no Brasil, após aumento de 10% no preço do diesel, de acordo com resolução publicada no Diário Oficial da União.

Pela lei, o tabelamento precisa ser ajustado assim que as cotações do diesel, combustível superem alta de 10% nos postos.

"A variação do diesel com relação ao valor utilizado na última tabela, publicada em janeiro, foi de alta de 10,69%, resultando num reajuste médio de 4,13%", destacou a ANTT.

O tabelamento vigora desde meados de 2018 e foi uma das medidas adotadas pelo governo para ajudar a acabar com a histórica paralisação de caminhoneiros que parou o país.

Recentemente, a categoria se reuniu com autoridades do governo Jair Bolsonaro criticando o aumento do diesel pela Petrobras e pedindo maior fiscalização da tabela de fretes, ameaçando inclusive uma nova greve, já descartada.

Representantes dos caminhoneiros disseram na segunda-feira (22) que o cancelamento da greve se deu após promessa do governo de atualização da tabela.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/04/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras quer construir termelétrica no Comperj

Estatual pretende aproveitar o gás do pré-sal como matéria-prima para gerar Energia. Petroleira tinha iniciado negociação com parceira chinesa no ano passado para instalar refinaria no local, mas desistiu do projeto

A Petrobras planeja dar um novo rumo ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio (Comperj), em Itaboraí. O projeto, um dos maiores símbolos do esquema de corrupção na estatal revelado pela Operação Lava-Jato, que consumiu US\$ 14 bilhões, deve ser transformado numa usina termelétrica. A ideia é usar o gás natural dos campos do pré-sal na Bacia de Santos como combustível da unidade.

A estatal desistiu de construir uma refinaria em parceria com a chinesa CNPC no local, como vinha negociando desde 2018. A estratégia foi revista pela nova gestão da companhia. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defende que a estatal reduza sua participação na área de refino para incentivar a concorrência no setor. A estatal deve iniciar, em junho, o processo de venda de metade de suas 13 refinarias. Neste cenário, não valeria a pena investir em uma nova unidade no Comperj.

— A construção da refinaria não faz mais sentido no momento em que se planeja vender parte do parque de refino — disse uma fonte do setor.

EMPREGOS NA REGIÃO

Ainda não foi definida a capacidade da futura termelétrica, mas, segundo fontes, a construção tem potencial para gerar milhares de empregos na região. Itaboraí e os municípios vizinhos foram duramente afetados pela crise da Petrobras e sofreram com o aumento do desemprego. Atualmente, já está sendo construída no Comperj uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), que vai receber e processar o gás natural produzido no pré-sal.

No ano passado, a Petrobras assinou acordo de cooperação com a CNPC para estudar a possibilidade de uma parceria para a construção de uma refinaria no Comperj. Os próprios chineses, porém, também não demonstraram muito interesse em levar adiante as conversas para instalar o empreendimento, segundo fontes a par das negociações.

O Comperj começou como um projeto ambicioso. Em 2008, previa-se o maior empreendimento industrial das últimas décadas no país. O projeto se tornou emblemático não só pelo gigantismo, mas também pelo superfaturamento de contratos.

Estimava-se na época que ele geraria 200 mil empregos diretos e indiretos e que a refinaria a ser instalada no local produziria matéria-prima para a indústria de plástico. As previsões otimistas não se confirmaram. Nos últimos anos, a Petrobras começou a buscar uma saída para minimizar os prejuízos com o projeto e aproveitar a infraestrutura existente no local.

EMPRESA LANÇA NOVO PDV

A Petrobras informou ontem que aprovou novo programa de demissão voluntária, para renovar quadros. A estatal espera a adesão de cerca de 4,3 mil empregados. São elegíveis os que podem se aposentar até junho de 2020. O custo previsto do programa é de R\$ 1,1 bilhão e o retorno esperado até 2023 é de R\$ 4,1 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/04/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Sob pressão de caminhoneiros, ANTT reajusta tabela do frete em 4,13%

BRASÍLIA- Pressionada pelos caminhoneiros, que ameaçaram uma nova greve nacional, a Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) reajustou a tabela com preços mínimos para o frete rodoviário. A alta média nos valores será de 4,13%, informou o órgão.

A nova tabela foi publicada ontem, dois dias depois de um grupo de representantes de caminhoneiros e de motoristas autônomos se reunir com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. No encontro de segunda-feira, o governo se comprometeu a atrelar o reajuste data bela à alta do óleo diesel e intensificar a fiscalização do cumprimento do piso mínimo do frete. O compromisso levou os caminhoneiros a descartaram uma nova paralisação nas próximas semanas.

A ANTT publicou a nova tabela depois de o diesel ter atingido uma alta acumulada nas bombas de 10,69% desde janeiro. A lei determina que a tabela seja reajustada sempre que preço do óleo diesel tenha oscilação superior a 10%. Além disso, está em andamento uma consulta pública para aperfeiçoar as regras gerais, a metodologia e os indicadores da tabela de frete.

O temor do governo de uma nova greve ficou mais claro há duas semanas, quando um telefonema de Bolsonaro para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, levou a estatal a suspender um reajuste de 5,7% no preço do diesel nas refinarias. A intervenção provocou queda das ações da companhia, que fez um reajuste menor, de 4,8%, na semana seguinte.

Após a repercussão negativa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, garantiu que a Petrobras é livre para definir sua política de preços, mas defendeu maior transparência na definição dos valores para compensar variações cambiais e no preço internacional do petróleo. O valor do combustível é uma das principais reclamações dos caminhoneiros.

Apesar da alta no diesel, o governo anunciou outras medidas em benefício da categoria. Prometeu R\$ 2 bilhões em investimentos nas estradas federais, um crédito total de R\$ 500 milhões via BNDES para caminhoneiros autônomos e a construção de pontos de repouso em rodovias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/04/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Sob a lama, a lembrança viva de 37 desaparecidos

Três meses após a tragédia de Brumadinho que matou 233 pessoas, famílias ainda esperam pela localização de corpos

Três meses após o rompimento da Barragem I da Mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, os mortos mantêm a lembrança da tragédia viva. O desespero de saber que desaparecidos como Manoel Messias Souza Araújo, de 57 anos, continuam perdidos na lama desde 25 de janeiro move a família dele. Todos os dias, os parentes acompanham o trabalho dos bombeiros no campo de destroços deixados pelo tsunami de rejeitos de mineração no bairro de Parque da Cachoeira. — As tardes chegam com a tristeza de saber que ele continua lá, por mais um dia. Não podemos abandoná-lo, esquecer nem desistir. Queremos dar paz ao meu tio, um descanso digno. Não há nada de bom naquele rejeito. Só vemos impunidade. E queremos justiça — diz Ana Cristina Cardoso Araújo, sobrinha de Manoel.

MEDO DE NOVA TRAGÉDIA

O rompimento da barragem da Vale deixou 37 desaparecidos e 233 mortos já identificados. O Rio Paraopeba foi arrasado. A tragédia levou autoridades a controlarem com mais rigor as barragens e 32 reservatórios da Vale foram interditados, seja por decisão da Agência Nacional de mineração (ANM), do governo mineiro ou da própria mineradora, na tentativa de evitar novas tragédias. Mas, para parentes dos desaparecidos, após 91 dias, o tempo parou com a lama. O fantasma de Mariana, a outra tragédia causada pela lama das barragens de mineração em Minas Gerais e o maior desastre ambiental da História do Brasil, assombra a família. Ana Cristina lembra que até agora, três anos depois, ninguém foi punido e as ações na Justiça contra a mineradora Samarco e suas controladoras Vale e BHP Billiton estão paradas. O temor de que as buscas cessassem fez com que a família de Manoel se recusasse a aceitar que fosse emitido um atestado de óbito presumido.

— A gente sabe que ele não está mais lá. Mas o que restou do corpo ficou preso na lama. Os bombeiros nos disseram que ela chega a 15 metros de profundidade no lugar onde ficava a casa. Queremos meu tio fora de lá. E se ele for declarado morto, temos medo que nunca mais seja achado. Temos certeza que ele faria o mesmo por nós — afirma Ana Cristina. Os bombeiros prometeram continuar as buscas até que o último desaparecido seja encontrado. Atualmente, há 24 frentes de localização, com 150 bombeiros militares, quatro cães e 97 máquinas pesadas. Mas, mesmo com as buscas, a família de Ana Cristina já perdeu a confiança na Justiça. — Para nós, ele só estará morto quando for sepultado — diz Ana Cristina.

CASA SOTERRADA

Manoel foi visto pela última vez quando fugia com a família da onda de rejeitos, na tarde de 25 de janeiro. Morava com a irmã Vera Lúcia Souza Vilaça e o cunhado Geraldo Vilaça. Quando a lama chegou e arrasou a parte baixa de Parque da Cachoeira, o casal conseguiu fugir. Vera ainda lembra de ver o irmão ficar para trás. — Achemos que ele pode ter ficado cercado pela onda e tenha voltado para a casa — conta a sobrinha. A casa é uma das 16 soterradas pelos rejeitos em Parque da Cachoeira. Todas ficavam às margens do Córrego do Feijão, por onde o tsunami seguiu até se lançar no Rio Paraopeba. Hoje o lugar é um mar de lama. Das casas soterradas, nada se vê. Nas margens há destroços de casas destruídas, mas não submersas pelo rejeito.

Manoel é a última vítima da comunidade ainda não encontrada. O casal Vera e Geraldo foi levado pela Vale para um hotel e não aceitou uma casa alugada. Eles já conseguiram a segunda via dos documentos de sua chácara arrasada e querem sair do hotel somente com a indenização pelo valor do imóvel nas mãos. — Depois do que vimos acontecer em Mariana, não acreditamos que seremos indenizados. Poderemos ficar como as vítimas de Mariana, sem solução, sem justiça — salienta Ana Cristina. Do tio, a sobrinha guarda um sorriso, num almoço na véspera da tragédia: — É uma estranha sensação. Ele simplesmente desapareceu deste mundo. Foi levado — desabafa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/04/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Apagão atinge cidades do DF

Moradores de diversas regiões do DF ficaram sem energia durante quase duas horas na noite de ontem. De acordo com a Companhia Energética de Brasília (CEB), o apagão foi provocado pelo "desligamento de uma barra 138kV da SE

Brasília Sul (Furnas)", por volta das 21h49.

Houve registros de queda de energia em Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires, Samambaia, Guará, Candangolândia, Núcleo Bandeirante e Valparaíso, em Goiás. Outras cidades do Entorno do DF também ficaram sem luz, como Novo Gama e Pedregal.

Motoristas que passaram por essas regiões administrativas precisaram redobrar a atenção, uma vez que os semáforos também estavam desligados. Na BR-040, a escuridão foi total.

Por meio do Twitter, a CEB disse que o desabastecimento de Furnas afetou diversas subestações, interrompendo o fornecimento de energia para 280.637 unidades consumidoras.

Por volta das 23h20, a energia foi restabelecida em todas as cidades atingidas, segundo a CEB. Até o fechamento desta edição, não havia mais informações a respeito do que de fato ocorreu.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/04/2019

Seção: Negócios

Autor: Nelson Cilo

Título: Montadoras aceleram produção de carros elétricos

São Paulo — Três grandes anúncios da indústria automobilística brasileira nos últimos dias — da Renault, Caoa Chery e Toyota — mostraram que o futuro do setor da mobilidade, com carros elétricos e híbridos, está mais perto do que nunca.

Um dia depois de a japonesa Toyota confirmar o lançamento do primeiro híbrido flex do mundo, um inédito Corolla que chegará às concessionárias em outubro deste ano, a francesa Renault revelou que não apenas aposta todas as suas fichas na motorização 100% elétrica como também na frota compartilhada. “Estamos plenamente cientes de que o nosso negócio não é mais só vender carros”, diz Ricardo Gondo, presidente da Renault do Brasil. “Precisamos entregar solução de mobilidade, com responsabilidade social e ambiental.”

Não é só. A Caoa Chery confirmou, durante o Salão do Automóvel da China, em Xangai, que vai tirar do papel uma agressiva estratégia de expansão no Brasil, com a duplicação da rede de concessionárias — de 65 para 111 unidades até dezembro — e o lançamento dos modelos elétricos Tiggo 2, Arrizo 5 e o subcompacto eQ1.

Esses automóveis estão em processo de homologação no Brasil, mas devem receber sinal verde ainda neste ano, segundo o diretor da Caoa Chery, Henrique Sampaio. “Tendo o fornecimento das baterias de lítio definido, seria preciso fazer uma pequena linha de produção em paralelo para montar alguns componentes”, diz o executivo.

O grande desafio da indústria do carro elétrico é o preço. O recém-lançado Zoe da Renault custa a partir de R\$ 149.990. Por isso, o serviço no sistema de compartilhamento que a montadora passou a oferecer em São Paulo, na Vila Olímpia, será uma estratégia de aumento da escala de produção e, por consequência, redução dos custos.

“Os preços vão cair conforme o volume de produção do mercado subir”, diz Gondo. “Por razões óbvias, baterias e todos os componentes necessários para o carro elétrico dependem de ampliação do volume.” O preço de lançamento da novidade é de R\$ 6 a cada 15 minutos de uso — bastante competitivo se comparado ao de empresas que oferecem serviços semelhantes na cidade, como a Zazcar e a Urbano, e interessante até em relação ao valor cobrado para rodar com os cada vez mais populares patinetes da Yellow e da Grin.

Na prática, a implementação do carro elétrico por parte das montadoras tem ocorrido em paralelo aos investimentos na infraestrutura de recarga das baterias. Um dos exemplos mais emblemáticos desse movimento é a parceria firmada entre a portuguesa EDP e a alemã BMW no Brasil.

Juntas, elas foram as financiadoras do corredor elétrico entre as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Em conjunto, investiram R\$ 1 milhão em seis equipamentos de recarga na Via Dutra, em parceria com os postos Ipiranga.

Estações gratuitas

A companhia portuguesa, que tem investido em projetos de energia renovável, também dá início a novos projetos. Em acordo com a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), prometeu investir R\$ 350 mil para instalar sete estações gratuitas no estado do Sudeste.

Segundo Miguel Setas, CEO da EDP no Brasil, as condições para a popularização do carro elétrico estão sendo construídas a todo vapor. “Com carros tendo autonomia de mais de 200 quilômetros, e com postos de recarga da bateria em apenas 20 minutos, o ambiente para o estímulo ao carro elétrico está colocado”, afirma.

Outro corredor elétrico em operação foi montado pela paranaense Copel com a

Itaipu Binacional e acaba de completar um ano de existência. Ligando o Porto de Paranaguá às Cataratas do Iguaçu, tem 740 quilômetros de extensão e 12 eletropostos, dos quais oito têm carregadores universais de recarga rápida. Dessa forma, é possível cruzar o estado do Paraná em um veículo elétrico.

Em um ano de operação, a eletrovia acumula mais de 300 recargas, com potência total consumida de 2,5MW. Isso equivale à energia suficiente para um veículo percorrer cerca de 10 mil quilômetros, deixando de emitir 1,81 tonelada de CO2 na atmosfera.

Esses projetos podem parecer precoces em relação à pequena frota de elétricos do Brasil. São menos de 10 mil carros, mas há estudos de que podem atingir entre 20% e 30% das vendas até 2030. Diversas iniciativas apontam para essa evolução.

Há alguns dias, a agência de energia (Aneel) aprovou uma chamada de projetos para participar de edital de pesquisa de desenvolvimento de mobilidade elétrica. O objetivo é estimular modelos de negócios que contribuam para o desenvolvimento de produtos e serviços nacionais na área, com viabilidade técnicoeconômica. Pode participar qualquer empresa de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica que tenha contrato de concessão ou permissão para atuar no setor energético.

MME / ASCOM .